

ECONOMY & BUSINESS

TOMÁS TIMBANE

«Temos que proteger a advocacia moçambicana» \\ «We have to protect the Mozambican legal profession»

A criação de uma Ordem dos Advogados de Moçambique mais forte, credível e coesa é um dos grandes objectivos de Tomás Timbane. Numa altura em que o Plano Estratégico para 2015 a 2020 se encontra a ser desenhado, falámos com o bastonário da instituição sobre as inúmeras mudanças na legislação que estão a acontecer no país, sobre o desenvolvimento de Moçambique, as convulsões políticas e o papel da Ordem em tudo isto. Sobre a abertura do país a advogados estrangeiros e as relações de reciprocidade com outros países, Tomás Timbane é peremptório: «Não tenho dúvidas de que a partir do momento em que abríssemos as portas para a vinda de advogados estrangeiros, ainda que sejam os de língua portuguesa, a advocacia moçambicana deixaria de existir».

The creation of a stronger, more cohesive and more credible Mozambican Bar Association is one of the major goals of Tomás Timbane. At a time in which the Strategic Plan for 2015 to 2020 is being drawn up, we spoke with the president of the institution about the many legislative changes that are being made in the country, about the development of Mozambique, political upheavals and the role of the Bar Association in all of this. When it comes to the country opening up to foreign lawyers and reciprocal relationships with other countries, Tomás Timbane is categorical: «I have no doubt that from the moment we open the door to foreign lawyers, even if they are Portuguese speaking, Mozambican law would cease to exist».

TEXTO TEXT ANDREIA BARROS FERREIRA \\ FOTOGRAFIA PHOTOGRAPHY JÚLIO DENGUCHO





«Uma das nossas bandeiras da campanha eleitoral foi a de transformar a Ordem numa instituição forte, credível e coesa»
\\ «One of our issues in the election campaign was to transform the Bar Association into a strong, credible and cohesive institution»

O Plano Estratégico 2009-2014 está a chegar ao fim. O objectivo era melhorar a fraca solidariedade entre os advogados, a imagem da Ordem e a relação dos advogados com a mesma. Estes objectivos foram alcançados?

Quando analisamos o Plano Estratégico constatamos que muito do que está lá infelizmente não foi concretizado. Neste momento estamos a concluir o processo de selecção para uma avaliação deste Plano Estratégico e vamos desenhar um plano para 2015 a 2020.

No que se refere à imagem da Ordem, há muito caminho para percorrer. Uma das nossas bandeiras da campanha eleitoral foi a de transformar a Ordem numa instituição forte, credível e coesa.

Está a ser produzida inúmera legislação. O Direito em Moçambique vai mudar?

Há muitas regras que estão a ser alteradas. Desde logo as dos próprios advogados. Tivemos este ano um marco extremamente importante para o papel que a advocacia desempenha em Moçambique, que é a aprovação da Lei da Sociedade de Advogados, que traz um conjunto de princípios que vão ajudar os advogados a especializarem-se, a serem mais fortes e sólidos. E isto está ligado à enorme produção legislativa que está a acontecer, que impõe uma advocacia mais especializada e mais solidária. Há nova legislação em vigor ou em processo de revisão sobre as parcerias público-privadas, petróleo, gás, energia, minas, investimento estrangeiro, empresas públicas. Portanto, temos um conjunto de leis muito importantes para o desenvolvimento do país. E isso impõe que os advogados se formem, estudem e se especializem, pois só assim poderão enfrentar os desafios existentes.

Moçambique está a atravessar um grande crescimento em simultâneo com um período conturbado com raptos e confronto militar. Que papel é que a advocacia pode desempenhar em todo este contexto?

The 2009-2014 Strategic Plan is coming to an end. The aim was to improve weak solidarity among lawyers, the image of the Bar Association and the relationship of lawyers with it. Were these goals achieved?

When we analyse the Strategic Plan we realise that much of what it contains has unfortunately not been achieved. At the moment we are completing the selection process for an assessment of this Strategic Plan and we are going to draw up a plan for 2015 to 2020.

With regard to the image of the Bar Association, there is still a long way to go. One of our issues in the election campaign was to transform the Bar Association into a strong, credible and cohesive institution.

A great deal of legislation is being produced. Is the law in Mozambique going to change?

There are many rules that are being changed, starting with those of lawyers themselves. This year marked an extremely important milestone in the role the legal profession plays in Mozambique, which is the adoption of the Law Firm Law, which contains a series of principles that will help lawyers to specialise, to be strong and solid. And this is linked to the huge legislative production underway, which requires a more specialised and more supportive legal profession. There is new legislation in force or under review on public-private partnerships, oil, gas, energy, mining, foreign investment, public companies. We therefore have a series of laws that are very important for the country's development. And this requires lawyers to train, study and specialise, as only then will they be able to face existing challenges.

Mozambique is going through a time of tremendous growth and at the same time a troubled period, with abductions and military confrontation. What role can the legal profession play in this whole context?

A advocacia e os advogados têm um papel extremamente importante: por um lado na resposta aos desafios do ponto de vista económico, social, etc., mas também relativamente ao clima de instabilidade que se verifica. Somos advogados, conhecemos as leis e sabemos que elas têm que ser respeitadas. O papel da Ordem neste momento tem sido de, por um lado compreender a natureza destes problemas, e por outro incentivar as entidades envolvidas a dialogar. Este clima de instabilidade é prejudicial para o país, mas acreditamos que é uma fase que coincide com diversos momentos da vida do país e que será rapidamente ultrapassada. O povo já demonstrou que não quer este clima. Para que é que existem as leis, se não são cumpridas?

Quanto aos raptos, fala-se do envolvimento da polícia.

Já há muito tempo que se vem falando no problema da corrupção na polícia, da própria ineficiência da polícia. E a questão dos raptos veio confirmar aquilo que já sabíamos. Há a necessidade de se potenciar cada vez mais a capacidade da polícia; está a ficar claro que à polícia falta alguma capacidade de responder de forma rápida ao aumento da criminalidade.

O papel da sociedade é, muitas vezes, condicionado pela imprensa. Em alguns casos vimos que a imprensa estava a premiar o sucesso das operações dos malfeiteiros e não condenar. Os poucos casos que foram julgados tiveram uma cobertura muito deficitária, quando deveria ter sido o contrário. Mas a comunicação social tem um argumento, que é o facto da justiça não ser aberta e ser ineficiente.

The legal profession and lawyers have an extremely important role: on the one hand in responding to the challenges from an economic or social point of view etc., and on the other with relation to the existing climate of instability. We are lawyers, we know the laws and we know that they have to be respected. The role of the Bar Association at the moment has involved, on the one hand understanding the nature of these problems, and on the other encouraging the bodies involved to enter into dialogue. This climate of instability is detrimental to the country, but we believe that it is a phase that coincides with several moments in the life of the country and that it will be quickly overcome. The people have already shown that they do not want this atmosphere. Why do laws exist if they are not met?

As for the abductions, there is talk of police involvement.

There has long been talk of the problem of corruption in the police, of the very inefficiency of the police. And the issue of abductions has confirmed what we already knew. There is the need to increasingly boost police capacity: it is becoming clear that the police lacks in capacity to respond quickly to the increase in crime.

The role of society is often conditioned by the press. In some cases we have seen that the press was praising the success of criminal operations and not condemning it. The few cases that have been tried have had a very weak coverage, when the opposite should have been the case. But the media have an argument, which is that justice is not open and is inefficient. The public prosecution service and



O Ministério Público e os Tribunais têm um papel extremamente importante no sentido de disponibilizar a informação que não está sob segredo de justiça. Há um silêncio e não estamos a falar só da questão dos raptos; a nossa administração da justiça tem muitos problemas internos de corrupção, ineficiência, e, pior do que isso, é muito fechada, dando lugar à especulação.

Com o crescimento de Moçambique, um dos primeiros grupos a ter interesse em Moçambique são as sociedades de advogados estrangeiras. O que é que a lei diz sobre isto?

Temos regras muito claras para a inscrição de advogados em Moçambique. Qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, pode requerer a sua inscrição desde que preencha os requisitos. No que se refere aos estrangeiros, só podem inscrever-se pessoas que se tenham formado aqui ou, se se tiverem formado no estrangeiro deve existir um protocolo de reciprocidade entre as Ordens de Advogados de Moçambique e do país onde o estrangeiro se encontra inscrito.

Com quem existe esse protocolo?

Moçambique não tem nenhum acordo de reciprocidade. Com Portugal existe um Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária, que admite a possibilidade dos advogados moçambicanos advogarem em Portugal e os advogados portugueses advogarem em Moçambique. Mas, infelizmente, entre as duas ordens não existe neste momento reciprocidade.

Marinho Pinto, da Ordem de Advogados Portuguesa, disse que é preciso derrubar barreiras entre os países que falam português, de forma a que os advogados que falam português possam exercer advocacia em todos os países abrangidos. Concorda?

Em tese isto até pode fazer sentido. Mas é preciso olhar para a realidade de cada um dos países. O Brasil tem cerca de 800 mil advogados e Portugal cerca de 30 mil. Estou a falar só de dois dos casos. A advocacia de língua portuguesa constitui 25% dos advogados a nível mundial. Se abrimos as barreiras, tal como sugere essa afirmação, significa que esses 830 mil podem vir advogar aqui em Moçambique. E todos nós sabemos, por exemplo, que em Portugal há crise neste momento, a tendência será de uma boa parte vir aqui para Moçambique. Temos que proteger a advocacia moçambicana. Não tenho dúvidas de que a partir do momento em que abriremos as portas para a vinda de advogados estrangeiros, ainda que sejam os de língua portuguesa, a advocacia moçambicana deixaria de existir, até porque o advogado moçambicano terá muito mais dificuldade de sair daqui e trabalhar em Portugal ou na África do Sul, pois, muitas vezes, os advogados acompanham os investidores.

the courts have an extremely important role in providing information that is not confidential. There is a silence and we're not just talking about the issue of abductions; our administration of justice has many internal corruption problems, inefficiency, and, worse than that, it is very closed off, which gives rise to speculation.

With the growth of Mozambique, one of the first groups to take an interest in Mozambique is foreign law firms. What does the law say about this?

We have very clear rules for the registration of lawyers in Mozambique. Any person, national or foreign, may apply for registration provided they satisfy the requirements. With regard to foreigners, only people who have trained here can apply, or, if they have trained abroad, there has to be a protocol of reciprocity between the Bar Associations in Mozambique and in the country in which the foreigner is registered.

With whom does this protocol exist?

Mozambique does not have any reciprocity agreement. In Portugal there is an Agreement for Legal and Judicial Cooperation, which allows for the possibility of Mozambican lawyers to practice in Portugal and for Portuguese lawyers to practice in Mozambique. But, unfortunately, at the moment there is no reciprocity between the two Bar Associations.

Marinho Pinto, from the Portuguese Bar Association, said we need to break down barriers between Portuguese speaking countries, so that lawyers who speak Portuguese can practice law in all the countries where this is the case. Do you agree?

In theory, this may even make sense. But you need to look at the situation in each country. Brazil has about 800,000 lawyers and Portugal about 30,000. I'm just talking about two cases. The law profession in the Portuguese language represents 25% of lawyers worldwide. If we removed the barriers, as this statement suggests, it would mean that these 830,000 individuals could come here and practice law in Mozambique. And we all know, for example, that there is a crisis in Portugal at the moment; the trend would be that a good deal of lawyers would come here to Mozambique. We have to protect the Mozambican legal profession. I have no doubt that from the moment we open the door to foreign lawyers, even if they are Portuguese speaking, Mozambican law would cease to exist, not least because Mozambican lawyers will find it much harder to leave here and work in Portugal or in South Africa, because lawyers often accompany investors.